

DOI: 10.70513/ensinar-aprender-transformar.10

Currículo e práticas escolares: a Educação Física reproduz ou combate o racismo estrutural?

Maicon Soares Ferreira

Secretaria Municipal de Educação de Bagé, profmaiconef@gmail.com

Introdução

A Educação Física escolar, tradicionalmente associada ao desenvolvimento corporal, motor e à promoção da saúde, constitui também um espaço privilegiado de formação social, cultural e identitária. No entanto, assim como outras áreas do currículo escolar, ela não está imune às influências das estruturas sociais mais amplas — entre elas, o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Essa constatação suscita uma questão central: a Educação Física, enquanto componente curricular, tem contribuído para reproduzir padrões de exclusão e desigualdade racial, ou tem se configurado como um campo de resistência e transformação social?

O racismo estrutural, entendido como um conjunto de práticas, valores e instituições que perpetuam desigualdades raciais de forma sistemática e naturalizada (Almeida, 2019), manifesta-se também nas práticas escolares e nos conteúdos curriculares. A escola, como espaço de produção e reprodução de saberes, desempenha papel crucial tanto na manutenção quanto no enfrentamento dessas desigualdades. Assim, pensar uma Educação Física antirracista implica revisitar suas bases teóricas, seus objetivos pedagógicos e as representações de corpo, cultura e identidade que orientam sua prática.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representou um marco no reconhecimento da necessidade de uma educação antirracista. Contudo, passadas mais de duas décadas de sua aprovação, estudos apontam que ainda há um grande distanciamento entre a legislação e a prática pedagógica

efetiva (Gomes, 2012; Bento, 2018). No campo da Educação Física, esse desafio é ainda mais complexo, pois envolve a desconstrução de uma tradição pedagógica fortemente influenciada por padrões eurocêntricos de corpo, estética e performance (Daolio, 2010; Bracht, 1999).

Nesse contexto, o currículo da Educação Física pode ser compreendido como um terreno de disputa simbólica, no qual se confrontam diferentes visões de mundo, de corpo e de cultura (Silva, 2013). As escolhas curriculares, os conteúdos ensinados e as práticas adotadas nas aulas não são neutros; expressam valores, ideologias e perspectivas sobre o que é considerado válido como conhecimento. Assim, discutir o currículo sob a ótica do racismo estrutural é fundamental para compreender como a Educação Física pode tanto reforçar hierarquias raciais quanto promover a valorização da diversidade e da identidade negra.

O presente artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, de que maneira o currículo e as práticas pedagógicas da Educação Física escolar podem reproduzir ou combater o racismo estrutural no contexto educacional brasileiro. Busca-se, ainda, identificar contribuições teóricas e metodológicas que orientem a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a justiça social.

Para isso, o artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta uma discussão conceitual sobre racismo estrutural e suas implicações para o campo educacional. A segunda aborda as relações entre currículo, cultura e poder, destacando a importância de uma perspectiva crítica e antirracista na formulação curricular. Na terceira seção, são analisadas as práticas e representações da Educação Física escolar, com base em produções científicas publicadas entre 2010 e 2025. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os principais achados da revisão e apontam-se caminhos para o fortalecimento de uma Educação Física escolar comprometida com a transformação social e o combate ao racismo.

Racismo estrutural e educação

O racismo, mais do que um conjunto de atitudes individuais de preconceito ou discriminação, constitui-se como um sistema de poder e dominação que organiza relações sociais, econômicas e culturais. Essa dimensão estrutural do racismo implica reconhecer que ele está inscrito nas instituições, nas normas e nas práticas cotidianas da sociedade (Almeida, 2019). No contexto brasileiro, o racismo não se manifesta apenas em comportamentos explícitos, mas também de forma sutil e institucionalizada, por meio de desigualdades históricas no acesso à educação, à saúde, à renda e à representação simbólica.

Segundo Kabengele Munanga (2005), o racismo no Brasil é marcado pela ideologia da mestiçagem, que produz a falsa ideia de uma convivência harmoniosa entre raças e, ao mesmo tempo, invisibiliza as hierarquias raciais. Essa narrativa de “democracia racial”, difundida ao longo do século

XX, tem funcionado como um mecanismo de negação do racismo, dificultando o reconhecimento das desigualdades e a formulação de políticas efetivas de enfrentamento (Bento, 2018). Dessa forma, o racismo estrutural se perpetua, naturalizando a marginalização de corpos e culturas negras no imaginário social e, conseqüentemente, no ambiente escolar.

No campo da educação, as escolas desempenham papel duplo: podem tanto reproduzir quanto resistir ao racismo estrutural. Por um lado, ao operarem sob currículos eurocentrados, que priorizam saberes, valores e práticas de origem branca e ocidental, acabam reforçando a hierarquia racial que sustenta as desigualdades sociais (Silva, 2013). Por outro, podem se constituir em espaços de resistência e transformação, quando se abrem à valorização da diversidade cultural e à construção de práticas pedagógicas antirracistas (Gomes, 2012).

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco nesse processo, ao tornar obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Essa lei, ampliada posteriormente pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu as culturas indígenas, busca romper com o silenciamento histórico dessas identidades no espaço escolar. Contudo, como destacam Gomes (2012) e Oliveira e Candau (2010), a simples existência da lei não garante mudanças efetivas nas práticas pedagógicas: é preciso uma formação docente comprometida com a educação das relações étnico-raciais, aliada a uma revisão crítica dos currículos escolares.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2012), a educação antirracista deve ser compreendida como um processo permanente de revisão das práticas pedagógicas e das estruturas institucionais. Isso significa que não basta incluir conteúdos sobre a cultura africana ou afro-brasileira de forma pontual; é necessário reconfigurar o currículo e as concepções de ensino-aprendizagem, de modo a reconhecer a centralidade das relações raciais na construção do conhecimento. Essa reconfiguração exige que a escola e seus profissionais assumam um posicionamento político e ético diante das desigualdades raciais.

Paulo Freire (1996) já alertava que a educação nunca é neutra: ela serve ou à domesticação ou à libertação. Sob essa perspectiva, uma educação antirracista é, necessariamente, uma prática libertadora, voltada à conscientização crítica dos sujeitos sobre a realidade social e histórica em que vivem. Ao reconhecer o racismo como uma estrutura que atravessa as relações educacionais, a escola pode se tornar um espaço de emancipação e não de reprodução das desigualdades.

Assim, compreender o racismo estrutural no contexto educacional implica ir além da identificação de comportamentos discriminatórios. É preciso analisar como as políticas educacionais, o currículo e as práticas pedagógicas contribuem, consciente ou inconscientemente, para manter ou transformar a ordem racial vigente. Essa compreensão é fundamental para o campo da Educação Física, cujo currículo e práticas historicamente privilegiaram modelos corporais, esportivos e estéticos baseados em valores eurocêtricos e excludentes (Daolio, 2010).

A partir dessa análise, torna-se evidente que a construção de uma Educação Física antirracista demanda não apenas mudanças no conteúdo ensinado, mas também uma revisão crítica dos

paradigmas que orientam o ensino do corpo, do movimento e da cultura corporal. Essa discussão será aprofundada na próxima seção, que aborda a relação entre currículo, Educação Física e perspectiva crítica, analisando como os conteúdos e práticas dessa disciplina podem contribuir tanto para a reprodução quanto para o combate ao racismo estrutural.

Currículo, Educação Física e a perspectiva crítica

O currículo é um dos principais instrumentos de materialização das concepções de educação e de sociedade que orientam a prática escolar. Longe de ser um conjunto neutro de conteúdos, o currículo expressa relações de poder, disputas ideológicas e valores culturais (Apple, 2006; Silva, 2013). Ele define não apenas o que deve ser ensinado, mas também quem é reconhecido como sujeito de conhecimento, quais saberes são valorizados e quais são marginalizados. Assim, compreender o currículo sob uma perspectiva crítica é essencial para analisar como a Educação Física escolar pode reproduzir ou combater o racismo estrutural.

No contexto da Educação Física, o currículo historicamente foi construído a partir de modelos eurocêntricos de corpo, movimento e esporte, que refletem valores ocidentais de desempenho, disciplina e eficiência (Daolio, 2010; Bracht, 1999). Essa herança está associada à formação higienista e militar da disciplina, que durante boa parte do século XX buscou moldar corpos segundo padrões normativos de saúde, estética e comportamento — frequentemente excludentes em relação a corpos negros, indígenas e periféricos (Kunz, 1994).

A crítica contemporânea à Educação Física tradicional aponta que esse modelo curricular, ao privilegiar práticas esportivas de origem europeia e ao negligenciar manifestações corporais afro-brasileiras, indígenas e populares, contribui para a reprodução simbólica do racismo estrutural. Isso ocorre porque o currículo seleciona e hierarquiza saberes, legitimando alguns como universais e desvalorizando outros como folclóricos ou secundários (Silva, 2013; Gomes, 2012).

De acordo com Neira e Nunes (2009), o currículo da Educação Física deve ser compreendido como um espaço de construção cultural, no qual diferentes grupos sociais disputam o direito de representar e significar o corpo. Nesse sentido, adotar uma perspectiva crítica e multicultural significa reconhecer que o corpo é também um território político, atravessado por questões de raça, gênero e classe. Ao abrir espaço para expressões corporais diversas — como a capoeira, o samba, a dança afro e outras práticas de matriz africana — a Educação Física pode se tornar um campo de valorização da diversidade e de resistência ao racismo.

Paulo Freire (1996) defende que uma prática pedagógica crítica deve promover a conscientização dos educandos sobre sua realidade social. Transposta para a Educação Física, essa ideia implica que o ensino do movimento não se limite à técnica, mas inclua reflexões sobre as dimensões

históricas, culturais e políticas do corpo. Assim, a Educação Física pode contribuir para a formação de sujeitos autônomos e críticos, capazes de compreender como as representações corporais estão ligadas a processos de dominação e exclusão racial.

Autores como Daolio (1995) e Kunz (1994) também ressaltam a necessidade de uma Educação Física cultural e emancipatória, que reconheça o corpo como expressão de identidades múltiplas. Essa abordagem propõe que o currículo incorpore práticas corporais que dialoguem com a realidade dos estudantes, valorizando suas origens e repertórios culturais. Tal perspectiva rompe com o paradigma da homogeneização e possibilita que o aluno negro se reconheça positivamente nas experiências corporais mediadas pela escola.

Além disso, a perspectiva crítica do currículo exige uma revisão das próprias relações de poder nas aulas de Educação Física. Estudos de Souza *et al.* (2020) e Ferreira (2021) mostram que a gestão das turmas, a divisão de grupos e a escolha de líderes muitas vezes reproduzem estereótipos raciais e reforçam desigualdades simbólicas. A desconstrução dessas práticas passa pela formação docente voltada à equidade racial, ao diálogo intercultural e à reflexão sobre o papel político do professor na luta antirracista.

Outro ponto central é o desafio da implementação curricular. Ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconheçam a importância da diversidade cultural, a efetivação de práticas antirracistas na Educação Física depende de condições institucionais, materiais e formativas adequadas. É fundamental que os cursos de licenciatura abordem criticamente as questões étnico-raciais e ofereçam suporte para que futuros professores possam atuar de forma consciente e transformadora (Gomes, 2012; Bento, 2018).

Portanto, pensar a Educação Física sob uma perspectiva crítica e antirracista implica ressignificar o currículo, valorizando os saberes e práticas corporais historicamente marginalizados e promovendo uma educação que reconheça e enfrente as desigualdades raciais. Esse processo não se limita à inclusão de novos conteúdos, mas requer uma mudança epistemológica, que reconheça o corpo negro como produtor legítimo de conhecimento e cultura.

Prática pedagógicas antirracistas na Educação Física escolar

A construção de uma Educação Física antirracista exige mais do que a simples inserção de conteúdos sobre cultura afro-brasileira e africana no currículo. Trata-se de um processo contínuo de revisão de valores, posturas e práticas pedagógicas, de modo a transformar o ambiente escolar em um espaço de reconhecimento, valorização e respeito à diversidade racial. Nesse sentido, a prática antirracista se constitui como um movimento ético e político, que questiona as desigualdades estruturais e propõe novas formas de ensinar, aprender e conviver (Gomes, 2012; Bento, 2018).

Diversos estudos apontam que as aulas de Educação Física, quando baseadas em práticas

eurocentradas e voltadas exclusivamente ao rendimento, tendem a reproduzir padrões de exclusão e hierarquização dos corpos (Daolio, 2010; Souza *et al.*, 2020). Em contrapartida, as práticas antirracistas buscam ampliar o repertório cultural dos estudantes, incorporando saberes corporais e expressões de matrizes africanas, indígenas e populares, de forma crítica e contextualizada.

De acordo com Nascimento (2020), uma prática pedagógica antirracista na Educação Física deve promover o diálogo intercultural e a reflexão sobre as origens históricas das manifestações corporais. Isso significa que atividades como a capoeira, o maculelê, a dança afro e o samba de roda não devem ser abordadas apenas como expressões folclóricas ou recreativas, mas como patrimônios culturais de resistência. Ao reconhecer essas práticas como saberes legítimos, a escola contribui para a valorização da identidade negra e para a construção de um currículo mais plural.

Além da escolha dos conteúdos, a prática antirracista envolve também a postura pedagógica do professor. Como destaca Oliveira (2019), é papel do docente mediar o diálogo entre diferentes culturas corporais, problematizando estereótipos e questionando situações de discriminação racial no ambiente escolar. Isso requer uma formação docente continuada que contemple o estudo das relações étnico-raciais, a história da população negra no Brasil e a crítica ao eurocentrismo presente na Educação Física.

A literatura mostra que práticas pedagógicas antirracistas bem-sucedidas estão ancoradas em três dimensões interdependentes (Gomes, 2012; Ferreira, 2021):

1. Dimensão curricular – reorganização dos conteúdos da Educação Física para incluir manifestações corporais afro-brasileiras e africanas, discutindo seus significados históricos e sociais.
2. Dimensão pedagógica – adoção de metodologias participativas e dialógicas, que permitam aos estudantes expressar suas experiências e identidades.
3. Dimensão institucional – compromisso da escola e dos gestores com políticas de inclusão e enfrentamento ao racismo, promovendo espaços de formação e diálogo entre os profissionais.

Um exemplo prático de ação pedagógica transformadora é o desenvolvimento de projetos interdisciplinares entre Educação Física, História e Artes, que exploram as relações entre corpo, cultura e ancestralidade africana. Essas experiências, segundo Silva e Souza (2022), possibilitam que os alunos compreendam o corpo não apenas como instrumento de movimento, mas como expressão de memória e identidade coletiva.

Outro aspecto relevante é o uso crítico da linguagem e da avaliação. A prática antirracista exige que professores reflitam sobre expressões e critérios que reforçam padrões discriminatórios, como elogiar apenas alunos com “corpo atlético” ou valorizar o desempenho físico em detrimento da participação e do

esforço coletivo (Souza *et al.*, 2020). Uma avaliação antirracista deve considerar o contexto sociocultural dos estudantes e promover o reconhecimento das múltiplas formas de expressão corporal.

A literatura também enfatiza a importância da escuta ativa e do protagonismo discente. As aulas de Educação Física podem se tornar espaços de debate sobre racismo, identidade e pertencimento, desde que o professor crie condições de diálogo e acolhimento. Essas práticas favorecem a construção de um ambiente de confiança e o fortalecimento da autoestima de estudantes negros, frequentemente silenciados ou estigmatizados nas interações escolares (Gomes, 2012).

Entretanto, a implementação dessas práticas enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica dos docentes, a resistência institucional em reconhecer o racismo como problema estrutural e a escassez de materiais didáticos que abordem as relações étnico-raciais na Educação Física (Bento, 2018; Oliveira, 2019). Esses obstáculos reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam a formação crítica e o apoio pedagógico às escolas.

Em síntese, as práticas pedagógicas antirracistas na Educação Física devem ser compreendidas como parte de um projeto político-pedagógico de transformação social. Elas não se limitam a iniciativas isoladas, mas se articulam a uma perspectiva curricular crítica e à luta por equidade racial no espaço escolar. A adoção dessas práticas pode contribuir para que a Educação Física deixe de ser um campo de reprodução de estereótipos e se torne um instrumento potente de emancipação e reconhecimento das diferenças.

Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que o currículo e as práticas pedagógicas da Educação Física escolar refletem, em grande medida, as tensões e contradições existentes na sociedade brasileira, marcada pelo racismo estrutural. A revisão bibliográfica permitiu compreender que a Educação Física, historicamente construída sob bases eurocêntricas e normativas, tem reproduzido padrões corporais, culturais e estéticos que privilegiam determinados grupos e invisibilizam outros, especialmente os corpos e saberes negros.

Contudo, os estudos analisados também revelam movimentos de resistência e transformação no interior da escola. A crescente produção acadêmica sobre Educação Física e relações étnico-raciais aponta para a emergência de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista e a valorização da diversidade cultural. Essas práticas desafiam o modelo tradicional da disciplina e propõem novas formas de compreender o corpo, o movimento e a aprendizagem, articulando saberes locais, afro-brasileiros e indígenas como componentes legítimos do currículo.

A partir da perspectiva crítica do currículo (Apple, 2006; Silva, 2013), torna-se claro que o combate ao racismo estrutural na Educação Física requer uma revisão profunda dos fundamentos epistemológicos que sustentam a área. Não se trata apenas de incluir novos conteúdos, mas de

reconfigurar as relações de poder que determinam o que é considerado conhecimento válido. Essa transformação passa pelo reconhecimento de que a Educação Física é, antes de tudo, uma prática cultural e social, permeada por dimensões políticas, éticas e identitárias.

A construção de uma Educação Física antirracista depende diretamente de três dimensões interligadas: (1) o currículo, que deve ser plural, democrático e representativo das diversas culturas corporais; (2) a formação docente, que precisa contemplar o estudo das relações étnico-raciais e da legislação educacional voltada à equidade racial; e (3) a prática pedagógica, que deve promover o diálogo, o protagonismo discente e a problematização crítica das desigualdades.

Apesar dos avanços, persistem desafios significativos, como a falta de formação específica dos professores, a resistência institucional e a escassez de políticas públicas que sustentem a implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003 nas escolas. Esses fatores evidenciam que o enfrentamento do racismo estrutural na Educação Física escolar exige uma ação coletiva e contínua, envolvendo professores, gestores, universidades e órgãos públicos.

Em síntese, pode-se afirmar que a Educação Física escolar tanto pode reproduzir quanto combater o racismo estrutural. Essa dualidade dependerá da consciência crítica dos educadores, da intencionalidade pedagógica e da capacidade de o currículo se tornar um espaço de emancipação. Assim, ao adotar uma postura antirracista, a Educação Física contribui não apenas para a formação corporal dos estudantes, mas também para a construção de uma escola e de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e racismo no Brasil**. São Paulo: Caleidoscópio, 2018.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social: uma perspectiva crítico-superadora**. Campinas: Autores Associados, 1999.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

FERREIRA, Gustavo de Almeida. A Educação Física e o ensino das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. 2, p. 123–138, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**: repensando a questão da diversidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Marcos. Educação Física e práticas antirracistas: por uma pedagogia do corpo negro. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 11, n. 1, p. 45–58, 2020.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, currículo e cultura**: tendências e desafios. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação antirracista e formação docente: caminhos e desafios. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, n. 148, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural e práticas pedagógicas: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 75–90, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, Rogério da; SOUZA, Mariana. Corpo e ancestralidade: práticas interdisciplinares na Educação Física escolar. **Revista Motrivivência**, v. 34, n. 67, p. 188–205, 2022.

SOUZA, Márcia Santos de; MENDES, Rafael; LIMA, Jéssica. Relações étnico-raciais na Educação Física escolar: desafios para uma prática antirracista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, n. 3, p. 1–15, 2020.